

RECURSO ESPECIAL Nº 1.715.588 - RS (2017/0323016-3)

RECORRENTE : REGINA MARIA DE SOUZA
ADVOGADOS : MELISSA FOLMANN - PR032362
GABRIEL FABIAN CORRÊA - PR056492
MONTSERRAT SÁNCHEZ DEL CASTILLO BRAVO DE
CHABY E OUTRO(S) - PR079596
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por REGINA MARIA DE SOUZA com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado, *in verbis*:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE NÃO CARACTERIZADA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

Não caracterizada a incapacidade laboral da segurada, imprópria a concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez em seu favor.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No presente recurso especial, a recorrente aponta como violado o art. 59 da Lei n. 8.213/1991, sustentando, em síntese, que ante a comprovação de que a segurada tornou-se inapta para a realização da sua atividade laborativa habitual é devida a concessão de auxílio-doença.

É o relatório. Decido.

Verifica-se que a irresignação da recorrente, acerca da comprovação da incapacidade laborativa que justifique a concessão de auxílio-doença à segurada, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que o laudo pericial reconheceu que a segurada permanece apta para a realização de sua atividade econômica habitual. Confira-se excerto do mencionado julgado:

Nesse passo, como não restou provada a incapacidade laborativa da autora, bem como a hipótese avultada pelo perito não se confirmou, isto é, a necessidade de utilização veículo automotivo para o desempenho da atividade profissional, inclusive porque fixada DII para data posterior à época em que o vínculo no referido banco ocorreu, é indevida a concessão de benefício. A requerente não preenche os requisitos exigidos pelos artigos 42 e 59 da Lei nº 8.213/91, motivo pelo qual não faz jus ao benefício do auxílio doença e/ou aposentadoria por invalidez.

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar o dispositivo legal indicado como violado, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator